

PODER

CCJ autoriza estados a legislarem sobre armas

Em vitória da bancada da bala, colegiado da Câmara aprova projeto que permite aos entes decidirem a respeito de posse e porte de armamento. Texto vai a plenário

» EVANDRO ÉBOLI

Numa vitória da bancada da bala, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou, por 34 votos a favor e 30 contra, proposta que autoriza os estados e o Distrito Federal a legislar sobre a posse e o porte de armas de fogo em alguns casos, como defesa pessoal, práticas desportivas e de controle de espécies de animais exóticos invasores.

O texto determina que as autorizações de porte ou posse concedidas só terão validade local e atenderão apenas a pessoas que comprovadamente residam no estado. Foi inserida no texto a condicionante para permitir que essas unidades da Federação instituassem, obrigatoriamente, um sistema de controle de armas integrado ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), vinculado ao Ministério da Justiça.

O projeto contou com forte apoio de deputados ligados à área de segurança pública. A presidente da CCJ, deputada Caroline de Toni (PL-SC), é a autora do projeto, que já pode ser levado para votação no plenário. O governo foi contra. Entende que a proposta é inconstitucional porque, segundo avalia, cabe à União legislar sobre armamento.

“Esse projeto é manifestamente inconstitucional. Vamos, claro, recorrer ao Supremo (STF) e impedir que uma proposta dessa prospere. É contrário à vida e está a serviço da violência. É algo maligno”, disse o deputado Patrus Ananias (PT-MG).

Relator do projeto, o Deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP) negou que o texto seja inconstitucional e criticou a oposição à proposta.

“A esquerda quer impedir que os estados julguem o que é melhor para seus habitantes.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Patrus Ananias na sessão: “Vamos recorrer ao Supremo e impedir que uma proposta dessa prospere”



Esse projeto é manifestamente inconstitucional. É contrário à vida e está a serviço da violência”

Patrus Ananias (PT-MG), deputado

Quer monopolizar num ente único e comunista o que é bom para o povo, que tem o direito a se proteger”, frisou.

Representando o governo nas orientações da votação, o deputado Bacelar (PV-BA) reprovou a matéria. Na opinião dele, os parlamentares ligados à segurança pública acham que “o único remédio é o extermínio”.

“A única solução para eles é a bala. É o mesmo pessoal que

tem horror aos movimentos sociais, que destrói o meio ambiente e que se diz defensor da democracia. Que nada. São separatistas. Defendem o autoritarismo”, discursou.

Os parlamentares que votaram a favor do projeto argumentaram se tratar da garantia de defesa pessoal. “O projeto simplesmente dá o direito a cada cidadão responsável, de bem, a estar, sim, armado para

defender, não só a sua vida, a da sua família, o seu patrimônio, inclusive, contra as ditaduras que estão implantando neste país”, alegou Delegado Éder Mauro (PL-PA).

Pelo lado governista, o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA) destacou que a Constituição não dá esse direito aos estados e deixa claro que é competência exclusiva da União legislar a respeito do assunto.

“O que a norma constitucional está dizendo: que, se autorizado pelo Congresso, o governador do estado pode decidir qual tipo de arma comprar para a polícia, pode decidir que tipo de material bélico compra para os bombeiros, não está dizendo que cada estado pode praticar o liberalismo”, argumentou.

Brazão afirma que cobrará desculpas

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Brazão participou por videoconferência. Ele está preso em Campo Grande

Alvo de uma ação no Conselho de Ética, o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) usou a palavra na reunião de ontem para garantir que vai provar sua inocência e que, depois, quer a retratação dos que o acusaram de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSol-RJ).

Brazão falou por pouco mais de dois minutos, em videoconferência da penitenciária de segurança máxima de Campo Grande (MS), onde está preso. O deputado afirmou também que compreende a pressão que os seus pares estão vivendo nesse momento por se tratar de um crime de “grande relevância” e disse haver pressão da “grande mídia”.

A nova lista tríplice de deputados da qual será escolhido o nome do relator da ação contra Brazão no Conselho de Ética conta

agora com três parlamentares do PT. Essa situação foi provocada pela desistência de Rosângela

Reis (PL-MG). O sorteado em seu lugar foi o petista Jorge Solla (BA). Os outros dois do PT que já

estavam na lista de possíveis relatores são Jack Rocha (ES) e Jozeildo Ramos (BA).

Também ontem, o conselho abriu processo contra o deputado Glauber Braga (PSol-RJ) e sorteou três deputados para a lista da qual será escolhido o relator. Na semana passada, o parlamentar expulsou aos chutes um militante do Movimento Brasil Livre (MBL) do prédio do Congresso. Dois dos três sorteados são do PL: Cabo Gilberto Silva (PB) e Rosângela Reis (MG). O terceiro é Sidney Leite (PSD-AM).

Braga questionou a isenção de um relator do PL, partido que, afirmou o parlamentar, manifestou desejo na cassação de seu mandato.

O presidente do conselho, Leur Lomanto (União-BA), ressaltou a legitimidade do PL de ter um deputado como relator no colegiado. (EE)

Criminosos desviaram R\$ 14 milhões

» RENATO SOUZA

Criminosos que invadiram o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) desviaram pelo menos R\$ 14 milhões dos cofres da União. Os valores subtraídos pelos crackers (termo usado para infratores que atuam pela internet) estavam em contas ligadas ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Apesar de ser gerido pelo Tesouro Nacional, o **Siafi** é usado para a execução de ordens de pagamento de órgãos dos Três Poderes.

Acesso restrito

Todo o dinheiro da União precisa ser registrado na plataforma. Somente pessoas autorizadas em cada órgão têm autorização para acessar o sistema. Um número ainda mais restrito pode efetuar ordens de pagamento.

O **Correio** já tinha adiantado que os invasores conseguiram de fato desviar dinheiro público. Até agora, o governo reconhecia apenas que credenciais de acesso de servidores públicos

tinham sido usadas para a realização de acessos indevidos.

A informação sobre o desvio de R\$ 14 milhões foi publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e confirmada pelo **Correio** com fontes na Polícia Federal. As diligências iniciais apontam que foram abertas contas em nomes de pessoas e empresas que tiveram os dados roubados.

Um vendedor de ração de Ribeirão Preto (SP) seria o destino de R\$ 1 milhão desviados. No entanto, o homem afirma que teve os dados roubados, e a suspeita é de que os criminosos criaram contas falsas no nome dele.

Uma conta bancária em nome de uma empresa de pequeno porte que vende água, em Paulínia, também recebeu parte dos recursos.

A maior leva dos desvios ocorreu em 10 de abril, quando R\$ 10 milhões que deveriam ser enviados ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) foram interceptados do TSE para contas em nome de particulares.

Do montante total, apenas R\$ 2 milhões acabaram recuperados até agora. A investigação aberta pela Polícia Federal já identificou alguns suspeitos do crime.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



“Vocês ainda vão sentir saudades do Sarney”

Era uma tensa reunião do Comitê Central do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB) para discutir a posição da legenda recém-legalizada, às vésperas das eleições de 1986. Uma ala desejava formar uma frente de esquerda e apoiar candidatos de oposição ao governo, mas prevaleceu a posição da cúpula da legenda, então sob a liderança de Giocondo Dias, um ex-cabo do Exército, que havia liderado a chamada Intentona Comunista em Natal (RN), em 1935, e sucedera o legendário Luiz Carlos Prestes, em 1980.

“Vocês ainda vão sentir saudades do Sarney”, vaticinou Giocondo, ao defender a manutenção da política de frente democrática tecida pelos comunistas com os políticos liberais, durante o regime militar, e que levou à eleição de Tancredino Neves (MDB) no colégio eleitoral. Estava-se em meio à longa transição negociada com os militares, que aceitaram, contrariados, a derrota de Paulo Maluf (também não morriam de amores por ele). A alternativa descartada era uma frente com PDT, PT e PSB, leia-se, Leonel Brizola, Luís Inácio Lula da Silva e Miguel Arraes, respectivamente.

O MDB venceu de ponta a ponta as eleições, com exceção de Sergipe, onde o PFL elegeu o governador. Mas o PCB só conseguiu eleger três deputados: Roberto Freire (PE), Fernando Santana (BA) e Augusto Carvalho. Naquela curva da história, perdeu qualquer esperança de recuperar a posição que ocupava em 1964, quando era principal força de esquerda do país.

Giocondo sempre foi grato ao ex-presidente Sarney por ter convocado a Constituinte e legalizado os partidos comunistas (PCB e PCdoB), em 10 maio de maio de 1985. Seu primeiro contato com Sarney na Presidência foi “armado” pelo dirigente comunista Regis Fratti, já falecido. Ele havia dito a Giocondo que Sarney queria se encontrar com ele e repetiu o expediente numa conversa com Roseana Sarney. Como os dois gostariam mesmo de conversar, o encontro aconteceu e proporcionou uma interlocução sincera entre ambos, a ponto de Sarney se considerar amigo de Giocondo. Por sua política reformista, o moderado PCB não era nem seria uma ameaça à democracia.

Ontem, José Sarney completou 94 anos, em boas condições de saúde para sua idade e, principalmente, lúcido. Lucidez à qual recorrem os políticos de suas relações nos momentos de confusão política em Brasília. Sua carreira começou em 1955, no ano seguinte ao suicídio de Getúlio Vargas, quando se tornou deputado federal. Foram três mandatos na Câmara. Depois, tornou-se governador do Maranhão, senador e presidente da República. Sua investitura na Presidência, após a morte de Tancredino, fechou um ciclo de 20 anos de ditadura militar. Depois, foi presidente do Senado por quatro vezes, ao longo de 39 anos e seis meses.

Sarney assumiu a Presidência da República sem ter participado da elaboração do programa de governo e da constituição do ministério de Tancredino, além de ter origem no PSD (partido que sucedeu a Arena, do qual foi presidente). Foram os fatores da permanente desconfiança política em relação ao presidente da República por parte da maioria das forças que apoiaram Tancredino. Durante seu mandato, enfrentou a pressão dos militares e, simultaneamente, a tutela de Ulysses Guimarães na Constituinte.

Legado social e político

Seu governo registrou 12 mil greves, o maior ascenso do movimento sindical da nossa história, a maioria liderada pelo PT. Numa delas, em Volta Redonda, Sarney teve que enfrentar uma crise séria, porque o Exército, ao reprimir os operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), matou três operários. Indexada pela correção monetária, o país vivia uma inflação real de 17% e uma ciranda financeira sem precedentes.

Mas todos os indicadores sociais melhoraram em seu governo, que fechou 1989 com uma taxa de desemprego de 2,59%, o que explica o número de greves. Na política externa, deixou como legado a aproximação com a Argentina, inclusive, com uma parceria nuclear, e a criação do Mercosul, com uma política externa independente, que levou ao restabelecimento das relações diplomáticas com a Cuba e China.

Entretanto, seu maior legado é a Constituição de 1988, que assegura as liberdades e os direitos sociais. Nesse aspecto, vale o registro de que Sarney estava disposto a aprovar o parlamentarismo, desde que mantivessem os seis anos de seu mandato. O acordo não saiu porque Mario Covas, o grande líder do PSDB, não aceitou. Preferiu reduzir o mandato de Sarney para cinco anos e convocar eleições solteiras para a Presidência em 1989, como de fato ocorreu.

Olhando a história retrospectivamente, a sucessão de Sarney em 1989 surpreendeu a todos os atores políticos que o questionavam, derrotados por Fernando Collor de Mello, cujo governo resultou em mais inflação e na sua própria renúncia, para evitar o impeachment. O fracasso do Plano Cruzado, que havia proporcionado a vitória espantosa do MDB em 1986, foi carimbado como um “estelionato eleitoral” pelo ex-ministro da Fazenda Delfin Neto, o que jogou no chão a imagem do governo.

Essa expressão entraria para o nosso vocabulário político como uma espécie de maldição. Foi usada contra Collor de Mello, após o confisco da poupança, e contra Fernando Henrique Cardoso, após a reeleição, devido à crise cambial. Dilma Rousseff também foi acusada de trair seus eleitores após a reeleição, ao dar um cavalo de pau na “nova matriz econômica”.